

29/10/2023 – TARDE

ANALISTA EDUCACIONAL (ANE) TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **50 (cinquenta)** questões objetivas e **1 (uma)** redação, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **4 (quatro)** opções de resposta (A, B, C e D) e somente uma delas está correta;
- A redação deverá ser redigida em, no mínimo, **15 (quinze)** linhas e, no máximo, **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e da folha de textos definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

MÓDULO I - CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Assinale a frase em que **não** está presente qualquer marca do emissor.

- (A) A paciência é a mais heroica das virtudes, justamente por não ter nenhuma aparência heroica.
- (B) Dizer a verdade sem acreditar nela deveria ser considerado desonesto.
- (C) Este é o meu conselho se você insiste em emagrecer: coma quanto quiser, mas não engula.
- (D) O Serviço de Meteorologia informa que haverá chuva forte amanhã.

2

Nas frases a seguir, alguns termos foram substituídos.

Assinale a opção em que ocorreu uma substituição a fim de dar um caráter pejorativo à frase.

- (A) Ficar orgulhoso com o **conhecimento** é ficar cego com a luz / saber.
- (B) A tristeza é **um muro** entre dois jardins / uma separação.
- (C) Quem canta seus males **espanta** / afasta.
- (D) A **ambição** faz mais escravos fiéis do que a necessidade / a ganância.

3

As opções a seguir apresentam parônimos, palavras com semelhança formal, mas de distintos significados.

Assinale a opção que **não** apresenta parônimos.

- (A) enfarte / enfarto.
- (B) previdência / providência.
- (C) soar / suar.
- (D) retificar / ratificar.

4

As opções a seguir apresentam frases de Machado de Assis em que os termos sublinhados pertencem à mesma família de palavras, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Cada estação da vida é uma **edição** que corrige a anterior, e que será corrigida também até a edição definitiva, que o **editor** dá de graça aos vermes.
- (B) Tempo virá em que a **luz** não **iluminará** mais nossos lares, mas somente as ruas.
- (C) Começar uma coisa pelo **fim**, pode não ser o melhor modo de **findar** bem, mas é, com certeza, o melhor modo de acabar depressa.
- (D) Não há novidade nos enterros. Daí o provável tédio dos **coveiros**, abrindo e fechando **covas** todos os dias.

5

Assinale a frase em que **não** ocorre traço de reificação do ser humano (tratamento do ser humano como coisa).

- (A) Andava arrastando as sandálias pelo chão.
- (B) Aquela ligação amorosa já era uma página virada.
- (C) Com a morte do pai, ficou desconectado do mundo.
- (D) Os escravos viajavam empilhados nos porões dos navios.

6

Em muitas frases há a presença de termos preposicionados. Assinale a frase em que a substituição do termo sublinhado por uma só palavra foi feita de forma adequada, mantendo-se o sentido original da frase.

- (A) Na abastança é impossível compreender as lutas **da miséria**. / Na abastança é impossível que se compreendam as lutas miseráveis.
- (B) O dinheiro que compra o pão dos pobres comprou antes o divertimento **dos abastados**. / O dinheiro que compra o pão dos pobres comprou antes o divertimento abastado.
- (C) Penso que o homem **gordo** não faz revolução. O abdome é naturalmente amigo **da ordem**; o estômago pode destruir um império, mas há de ser antes do jantar. / O abdome é naturalmente amigo ordenado.
- (D) É uma coisa santa a democracia – não a democracia do papel e **da palavra** –, mas a democracia praticada honestamente, regularmente, sinceramente. / É uma coisa santa a democracia – não a democracia do papel e verbal.

7

Em muitas frases há a presença de termos que equivalem a orações.

Assinale a frase em que a substituição do termo sublinhado por uma oração equivalente foi feita de forma adequada, mantendo-se o sentido original da frase.

- (A) Na abastança é impossível compreender as lutas **da miséria**. / Na abastança é impossível que se compreendam as lutas dos que estão em situação miserável.
- (B) Nada se deve **aos dementes** e aos enamorados / Nada se deve aos que sentem a loucura do amor.
- (C) O dinheiro que compra o pão dos pobres comprou antes o divertimento **dos abastados**. / O dinheiro que compra o pão dos pobres comprou antes o divertimento dos que desfrutam da riqueza.
- (D) O dinheiro que compra o pão **dos pobres** comprou antes o divertimento dos abastados. / O dinheiro que compra o pão para os que vivem na pobreza comprou antes o divertimento dos abastados.

8

As frases a seguir exemplificam o campo semântico da religião, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) “Tudo vale a pena quando a alma não é pequena”. (F. Pessoa)
- (B) “Um santo é um pecador morto, corrigido e aumentado”. (Ambrose Pierce)
- (C) “Vou-lhe dizer um grande segredo, meu caro. Não espere o juízo final. Ele se realiza todos os dias”. (Camus)
- (D) “O diabo quis ser monge. Logo depois ficou bom e voltou a ser diabo”. (Rabelais)

9

O Conselheiro Vale morreu às 7 horas da noite de 25 de abril de 1859. Morreu de apoplexia fulminante, pouco depois de cochilar a sesta, — segundo costumava dizer, — e quando se preparava a ir jogar a usual partida de voltarete em casa de um desembargador, seu amigo. O Dr. Camargo, chamado à pressa, nem chegou a tempo de empregar os recursos da ciência; o Padre Melchior não pôde dar-lhe as consolações da religião: a morte fora instantânea.

Esse segmento marca o início do romance *Helena*, obra de Machado de Assis pertencente ao estilo de época do

- (A) Romantismo.
- (B) Realismo.
- (C) Naturalismo.
- (D) Modernismo.

10

O Conselheiro Vale morreu às 7 horas da noite de 25 de abril de 1859. Morreu de apoplexia fulminante, pouco depois de cochilar a sesta, — segundo costumava dizer, — e quando se preparava a ir jogar a usual partida de voltarete em casa de um desembargador, seu amigo. O Dr. Camargo, chamado à pressa, nem chegou a tempo de empregar os recursos da ciência; o Padre Melchior não pôde dar-lhe as consolações da religião: a morte fora instantânea.

Assinale o termo a seguir que exerce função sintática **diferente** da dos demais.

- (A) às 7 horas da noite.
- (B) de 25 de abril de 1859.
- (C) de apoplexia fulminante.
- (D) em casa de um desembargador.

Raciocínio Lógico Matemático

11

Considere os pontos A, B e C, no plano cartesiano, tais que A(0,7), B(3,3) e C(m,7).

Se a distância de A até B é igual à distância de A até C, então m pode ser igual a

- (A) 6.
- (B) 5.
- (C) 4.
- (D) 3.

12

Em uma fila ordenada com 4 pessoas, a pessoa W está entre as pessoas X e Y.

Se a pessoa Z está à frente de W e depois de X, então

- (A) W é o 2º da fila.
- (B) X é o 1º da fila.
- (C) Y é o 4º da fila.
- (D) Z é o 3º da fila.

13

Uma loja tem a seguinte política de vendas: se um produto for comprado à vista, o cliente pagará o valor indicado no produto com 5% de desconto. Entretanto, se pagar a prazo, após um mês, deverá fazer um pagamento único do valor indicado no produto com 10% de acréscimo.

Um produto que, a prazo, custa R\$ 264,00, se comprado à vista custa

- (A) R\$ 210,00.
- (B) R\$ 213,84.
- (C) R\$ 225,72.
- (D) R\$ 228,00.

14

Um número N, quando dividido por 7, deixa resto 2. Um número M, menor que N, quando dividido por 7, deixa resto 5.

Se $N - M$ for dividido por 7, o resto da divisão será

- (A) 5.
- (B) 4.
- (C) 3.
- (D) 2.

15

Em uma urna há bolas brancas e pretas. Sorteando-se uma bola ao acaso, a probabilidade de que essa bola seja branca é $\frac{3}{8}$.

Se há, ao todo, 40 bolas pretas nessa urna, então a quantidade de bolas brancas na urna é igual a

- (A) 15.
- (B) 24.
- (C) 36.
- (D) 64.

Direitos Humanos

16

Ana, que estava com sete meses de gravidez, afirmou, em uma conversa informal realizada em ambiente público, que almejava “entregar o seu filho para adoção”, o que seria feito logo após o nascimento. Por tal razão, algumas pessoas a convenceram a se dirigir ao Juízo da Infância e da Juventude com competência na área em que Ana residia.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 8.069/1990, é correto afirmar que

- (A) Ana praticou ato ilícito, por descumprimento do poder familiar, podendo sofrer sanção administrativa após regular processo instaurado sob o crivo do contraditório.
- (B) a guarda provisória da criança, tão logo nasça, será deferida a quem estiver habilitado a adotá-la, em razão do preenchimento dos requisitos exigidos no cadastro de adoção.
- (C) a criança, tão logo nasça, será encaminhada para entidade de acolhimento, que permanecerá com sua guarda provisória até que seja registrada pela família que a adotará.
- (D) caso Ana permaneça irredutível, não haja indicação do genitor e inexistir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, o juiz pode vir a decretar a extinção do poder familiar.

17

O Secretário de Estado de Assistência Social do Estado Alfa editou a Instrução nº X, que estabeleceu as diretrizes a serem observadas pelos servidores dessa pasta para identificar uma pessoa com deficiência.

Considerando os balizamentos estabelecidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar que a Instrução nº X está em harmonia com a legislação de regência ao enquadrar, na referida condição,

- (A) a pessoa que tem impedimento, temporário ou de longo prazo, que necessite de ajuda técnica visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.
- (B) apenas a pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental ou intelectual, que obste a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (C) a pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza sensorial, o qual, em contato com atitudes ou comportamentos, prejudique a sua participação social plena e efetiva em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (D) a pessoa que tem impedimento, temporário ou de longo prazo, qualquer que seja a sua natureza, que necessite de medidas de acessibilidade, adaptação ou ajuda técnica visando à superação de barreiras que comprometam a convivência social ou as atividades ordinárias.

18

Joana levou sua mãe a uma unidade hospitalar mantida pelo Município Alfa, ocasião em que constatou a carência de diversos materiais e exames que se mostravam necessários para o atendimento, o que resultava na oferta de um direito à saúde extremamente deficitário.

Ao se inteirar das medidas judiciais passíveis de serem adotadas, foi corretamente informada de que

- (A) somente seria possível que a mãe de Joana, representada por ela, ajuizasse uma ação individual para obrigar o Município Alfa a regularizar a situação.
- (B) o Ministério Público ou a Defensoria Pública poderiam ajuizar uma ação individual em prol da mãe de Joana, ou mesmo uma ação coletiva em benefício de todos os idosos, desde que autorizados pelos últimos.
- (C) o Ministério Público poderia ajuizar uma ação individual em prol da mãe de Joana, ou mesmo uma ação coletiva em benefício de todos os idosos atendidos pela unidade hospitalar, ainda que sem a aquiescência deles.
- (D) a mãe de Joana, representada por esta última, poderia ajuizar ação individual para obrigar o Município Alfa a regularizar a situação, e o Ministério Público poderia requerer extensão dessa decisão aos demais idosos.

19

João, em atuação na Secretaria de Educação do Estado Alfa, informou a Maria, sua colega de setor, que, na perspectiva da Declaração de Salamanca, deveriam ser adotadas medidas destinadas à “desmarginalização” das crianças destinatárias da referida Declaração.

Maria, ao se inteirar sobre o alcance dessa declaração, concluiu corretamente que as referidas medidas

- (A) estendem as ações protetivas em detrimento das socioeducativas destinadas às crianças.
- (B) devem ser parte integrante de planos nacionais que objetivem atingir a educação para todos.
- (C) ampliam a idade de inimizabilidade penal, de modo a reconhecer a condição especial das pessoas em desenvolvimento.
- (D) estendem o processo de participação política às distintas camadas da população, a começar pelo redimensionamento da idade mínima.

20

Ana, entusiasta da imprescindibilidade da promoção da igualdade racial para o pleno desenvolvimento da sociedade brasileira, descreveu para Lúcia o importante papel desempenhado pelas ações afirmativas.

Enquanto instrumentos umbilicalmente direcionados à efetivação dos direitos da população negra, algumas características dessas ações foram corretamente descritas por Ana como

- (A) programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada.
- (B) mecanismos de preservação da igualdade formal, em busca da realização da igualdade material.
- (C) mecanismos exclusivamente estatais, de imposição normativa, visando à igualdade de oportunidades.
- (D) práticas de afirmação histórica da população negra, de modo a preservar a diversidade cultural brasileira.

Legislação Educacional

21

Quanto ao disposto no Art. 210 da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) A fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental cabe exclusivamente aos municípios.
- (B) O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também o uso de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem.
- (C) O ensino religioso, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- (D) O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários especiais das escolas públicas de ensino fundamental.

22

As competências do Conselho Estadual de Educação estão definidas no Art. 206 da Constituição Estadual de Minas Gerais. Avalie se compete ao Conselho Estadual de Educação, sem prejuízo de outras atribuições a ele conferidas em lei e observadas as diretrizes e bases estabelecidas pela União:

- I. baixar normas disciplinadoras dos sistemas estadual e municipal de ensino;
- II. interpretar a legislação de ensino;
- III. autorizar e supervisionar o funcionamento do ensino particular e avaliar-lhe a qualidade;
- IV. desconcentrar suas atribuições, por meio de comissões de âmbito municipal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.

23

O Art. 19 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 dispõe sobre as categorias administrativas para a classificação das instituições de ensino.

Acerca do que dispõe o referido artigo, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) As instituições privadas, assim como as comunitárias, podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas.
- (B) As categorias são três: públicas, privadas e comunitárias.
- (C) As instituições privadas, assim como as comunitárias, podem ser certificadas como filantrópicas, na forma da lei.
- (D) As instituições privadas, assim como as comunitárias, podem qualificar-se como públicas, na forma da lei.

24

Com base no disposto no Art. 1º da Lei nº 11.645/2008, os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de

- (A) educação artística e de literatura e geografia brasileiras.
- (B) educação e de literatura brasileira.
- (C) educação artística e de literatura e história brasileiras.
- (D) educação artística e de literatura, história e geografia brasileiras.

25

A Base Nacional Comum Curricular define áreas de conhecimento para o Ensino Médio.

Assinale a opção que apresenta todas as áreas indicadas no texto da BNCC.

- (A) Linguagem e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Sociais aplicadas.
- (B) Linguagem e suas tecnologias; Ciências da Matemática e da Física e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais aplicadas.
- (C) Linguagem e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Sociais e suas tecnologias.
- (D) Linguagem e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais aplicadas.

26

De acordo com o Art. 5º do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 10.035/14), o Fórum Nacional de Educação integra o conjunto de instâncias incumbidas de fazer o monitoramento contínuo de avaliações periódicas da execução do PNE e do cumprimento de suas metas. Além disso, a referida lei prevê outras atribuições ao Fórum Nacional de Educação.

Avalie se essas atribuições incluem:

- I. acompanhar a execução do PNE e o cumprimento de suas metas;
- II. promover a articulação das conferências nacionais de educação com as conferências regionais, estaduais e municipais que as precederem;
- III. criar mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PNE.

Estão corretas as atribuições

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

27

O Plano Estadual de Educação de Minas Gerais (PEE – Lei Estadual nº 23.197/2018) prevê, em seu Art. 7º, que o Estado realizará conferências estaduais de educação, em atendimento ao disposto no Art. 6º da Lei Federal nº 13.005, de 2014, com alguns objetivos.

Avalie se tais objetivos incluem:

- I. avaliar a execução do PNE;
- II. propor eventuais adequações a este PEE;
- III. divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações deste PEE na internet;
- IV. subsidiar a elaboração do PEE para o decênio subsequente.

Estão corretos os objetivos:

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.

28

O Art. 8º da Lei nº 15.293/2004, que institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado de Minas Gerais, trata da mudança de lotação de cargos e a transferência de servidores entre os órgãos e as entidades do Poder Executivo.

De acordo com o referido artigo, a mudança de lotação de cargos e a transferência de servidores entre os órgãos e as entidades do Poder Executivo serão permitidas

- (A) entre carreiras ou dentro da mesma carreira.
- (B) entre carreiras, desde que no mesmo nível, e na mesma carreira.
- (C) somente dentro da mesma carreira.
- (D) entre carreiras, desde que no mesmo grau, e na mesma carreira.

29

O Art. 18 do Decreto Estadual nº 46.644/2014, que dispõe sobre o código de conduta ética do agente público e da alta administração estadual, discrimina as competências das comissões de ética dos órgãos estaduais.

As opções a seguir apresentam competências previstas no referido decreto, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Orientar e aconselhar o agente público sobre ética profissional no respectivo órgão ou entidade.
- (B) Adotar formas de divulgação das normas éticas e de prevenção de falta ética.
- (C) Registrar condutas éticas relevantes.
- (D) Aplicar as penalidades previstas na lei no caso de infrações cometidas pelos servidores.

30

O Art. 5º da Resolução SEE nº 4.692/2021, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências, estabelece que a educação básica tem por finalidade

- (A) desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
- (B) sustentar a diversidade e inclusão como norteadores éticos, democráticos e estéticos em suas ações pedagógicas.
- (C) promover a concepção de educação voltada para a formação integral dos sujeitos.
- (D) assegurar formas de articulação das dimensões orgânica e sequencial que garantam aos estudantes um percurso de avanço contínuo de aprendizagem, com qualidade.

MÓDULO II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

“A escola real, ou seja, aquela que lida com alunos concretos com suas peculiaridades, coloca-nos estas questões de base, que insisto em apontar: muda a escola ou mudam os alunos, para se ajustarem às suas velhas exigências? Ensino especializado para todas as crianças ou ensino especial para algumas? Professores que se aperfeiçoam para exercer suas funções, atendendo às peculiaridades de todos os alunos, ou professores especializados para ensinar aos que não aprendem e aos que não sabem ensinar? Inclusão ou integração?”

Adaptado de MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

O trecho acima trata do modo como a escola deve ser repensada a partir do paradigma da inclusão, em contraste com as formas tradicionais de integração.

Conforme o exposto, é correto afirmar que

- (A) as instituições educacionais devem oferecer modalidades especiais de ensino para alunos diferentes.
- (B) os professores devem ser capazes de incorporar todos os alunos ao modelo convencional de escola.
- (C) as instituições educacionais devem contratar grupos próprios para o atendimento aos alunos divergentes.
- (D) os professores devem ter sua formação voltada para o acolhimento e a lida com a singularidade de cada aluno.

32

Cabe ao processo educacional apresentar aos alunos o fato de que, como indivíduos, pertencem a uma sociedade na qual estão submetidos a uma série de regras abstratas de validade universal.

O texto refere a uma cidadania

- (A) substantiva.
- (B) formal.
- (C) efetiva.
- (D) ativa.

33

Vários integrantes da equipe de uma escola têm apresentado dificuldades em lidar com tecnologias de informação e comunicação rotineiras. Suponha que uma proposta de curso de formação continuada pretenda obter melhoras nesse letramento digital precário.

As opções a seguir listam competências que devem ser abordadas nesse curso, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O desenvolvimento de um senso crítico na seleção e consumo de informações disponíveis na internet.
- (B) O aprendizado de como lidar com software básico na área de desenvolvimento de páginas da web.
- (C) O exercício dos modos básicos de acesso, interação e edição de imagens e textos.
- (D) O treinamento de condutas que auxiliem numa navegação com segurança na rede.

34

Esta é uma grande descoberta: a educação é política! Então, o professor tem de se perguntar: “Que tipo de política estou fazendo em classe?” Ou seja: “Estou sendo um professor a favor de quem?” Ao se perguntar a favor de quem está educando, o professor também deve saber que está educando contra alguma coisa.

Adaptado de FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

O trecho acima transcreve a fala de Paulo Freire, em diálogo com o também educador Ira Shor, no qual defende a tese de que lecionar é se posicionar politicamente.

Assinale a opção que descreve a ação adequada ao posicionamento adotado por Freire.

- (A) Relacionar-se com os alunos de maneira aberta à troca de ideias e à participação ativa de todos.
- (B) Transmitir para os alunos os conceitos mais abstratos da ciência política e do debate acadêmico.
- (C) Conscientizar os alunos a respeito das questões políticas relevantes, para além da sua realidade social.
- (D) Convencer os alunos em favor do posicionamento político-ideológico mais correto e justo.

35

Embora o processo licitatório tenha sido instituído para garantir a competitividade e a possibilidade de escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, existem determinadas situações em que a contratação pode ser lícita, sem prévia licitação.

Com base na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21) assinale a opção que apresenta corretamente uma contratação em hipótese de licitação dispensável.

- (A) Casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
- (B) Casos que envolvam valores inferiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em obras e serviços de engenharia
- (C) Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- (D) Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, com valores inferiores a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

36

A modalidade de licitação conhecida como “pregão” foi elaborada, por meio da Lei nº 10520/2002, para permitir uma maior celeridade no processo licitatório que vise à aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública.

Acerca dessa modalidade, assinale a opção que está em conformidade com os comandos da citada lei.

- (A) A garantia de proposta será exigida do licitante sempre que o valor da aquisição ultrapassar 330 mil reais.
- (B) Para serem considerados comuns, os bens ou serviços devem ter padrões de desempenho e qualidade que possam ser definidos objetivamente por edital.
- (C) O pagamento de taxas e emolumentos, condição para a participação no certame, deve ser sempre anterior à fase preparatória.
- (D) Caso o licitante vencedor não celebre o contrato no prazo de validade da proposta, ficará suspenso de novas licitações pelo prazo de até 1 ano, salvo pagamento de multa.

37

A Administração Pública brasileira usou, ao longo da história, diversos modelos marcados por transformações que ficaram conhecidas como reformas administrativas.

A reforma que visou à implementação do modelo burocrático tinha como foco

- (A) a convergência das esferas públicas e privadas.
- (B) a descentralização das atividades estatais.
- (C) a implementação do modelo regulatório de intervenção.
- (D) a seleção de pessoal administrativo por sistema de mérito.

38

A execução orçamentária na Administração Pública é representada pelo processo de arrecadação de receitas e realização de despesas autorizadas nos instrumentos de planejamento e orçamento do Estado.

Nesse processo, o pagamento da despesa pública será realizado

- (A) após a fase da liquidação.
- (B) durante a fase do planejamento.
- (C) antes da fase do empenho.
- (D) antes da estimativa das receitas.

39

A consecução das funções da Administração Pública depende de um processo regular que garanta, dentre outros pontos, a proteção dos direitos e o estabelecimento de deveres dos administrados, ou seja, da população em geral.

Nesse sentido, em conformidade com a Lei nº 9784/1999, que estabelece regras para o processo administrativo da Administração Pública Federal, o administrado

- (A) deve ter ciência dos autos em que tenha condição de interessado, desde que por meio de advogado.
- (B) pode formular alegações e apresentar documentos para a consideração do órgão competente, desde que antes da decisão.
- (C) pode agir de modo temerário, em caso de ilegalidades manifestas por parte da autoridade administrativa.
- (D) deve colaborar com a autoridade competente para os esclarecimentos dos fatos, salvo ausente o procurador.

40

Suponha que, em uma situação hipotética, um gestor público, verificando a existência de equipamentos ociosos no órgão público em que trabalha, resolva pegar emprestado um desses equipamentos para usar na obra que está fazendo em sua casa. Além disso, convoca alguns dos servidores do órgão para, em horário de trabalho, auxiliarem na execução da obra.

Com relação à situação apresentada, no que concerne à Lei nº 8.429/92, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, que dispõe sobre a improbidade administrativa, é correto afirmar que o gestor

- (A) praticou ato ímprobo que importa no enriquecimento ilícito.
- (B) cometeu conduta de lesão ao erário, não constituindo ato de improbidade.
- (C) pode ser punido por ato de improbidade ainda que tenha atuado de forma culposa.
- (D) pode sofrer pena de multa de até 24 vezes o valor de sua remuneração.

41

O conceito de Sociedade de Economia Mista surgiu em um momento da história brasileira em que vigorava uma tendência de descentralização da Administração Pública, tendo em vista a descontinuidade do modelo burocrático.

Acerca da Sociedade de Economia Mista, é correto afirmar que

- (A) deve ser constituída, em qualquer hipótese, na forma de Sociedade Anônima, tendo ainda a sua criação autorizada por lei.
- (B) a depender do tipo de atividade exercida, prestação de serviço público ou exploração de atividade econômica, ela deverá ser, obrigatoriamente, regida pelo direito público ou pelo privado, respectivamente.
- (C) ainda que seja regida por algumas regras de direito público, não necessita realizar concurso público para a contratação de pessoal.
- (D) pode ser criada apenas em caso de imperativo interesse público, sendo, no entanto, vedado que atue em igualdade com empresas privadas.

42

A responsabilidade civil das ações ou omissões praticadas pelo Estado teve diferentes interpretações ao longo da história, sendo, hoje, no contexto brasileiro, balizada pela teoria do risco administrativo.

Com base na responsabilidade civil do Estado brasileiro, considere as situações a seguir:

1. Uma Concessionária que, ao realizar serviço público de transporte escolar, atropela um pedestre, deve responder objetivamente.
2. Caso um agente público municipal execute ato que cause dano patrimonial a determinado grupo de pessoas, ele será o polo ativo na ação de indenização interposta pelos afetados.
3. Em caso de culpa exclusiva de particular, caso fortuito ou força maior, a responsabilidade objetiva será excluída.

Estão em conformidade com o arcabouço jurídico brasileiro as situações

- (A) 1 e 2, apenas.
- (B) 2 e 3, apenas.
- (C) 1 e 3, apenas.
- (D) 1, 2 e 3.

43

Janice é mãe de Miriam, menor de oito anos, e ficou muito feliz em saber das novas práticas que estão sendo adotadas na unidade de ensino estadual em que sua filha estuda com relação à promoção de uma alimentação escolar mais saudável.

Trata-se de questão que preocupava muito a Janice, que se dedica à agricultura familiar de produtos orgânicos e aboliu o consumo de ultraprocessados em sua casa.

Diante de tal orientação, Janice decidiu se aprofundar em relação ao disposto na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, concluindo corretamente, à luz da mencionada norma, que é uma diretriz da alimentação escolar

- (A) o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito nacional, na medida em que não se pode priorizar a agricultura familiar e os empreendedores familiares rurais.
- (B) o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados e seguros, segundo a padronização nacional, independentemente de culturas, tradições e hábitos locais que sejam saudáveis.
- (C) a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada.
- (D) inclusão da educação alimentar e nutricional no âmbito da gestão das escolas públicas, a fim de implementar tais práticas, sem que seja necessário a inclusão do tema no processo de ensino e no currículo escolar.

44

Por meio de ato que restringiu indevidamente a disputa realizada em certa licitação, na modalidade concorrência, que importou na indevida exclusão da sociedade *Feliz* do certame, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração resultou comprometida, violando, assim, relevante princípio acerca do tema.

Considerando as normas acerca das licitações, é correto afirmar que a aludida situação hipotética importa em afronta ao princípio

- (A) da publicidade.
- (B) da competitividade.
- (C) da segregação de funções.
- (D) do desenvolvimento nacional sustentável.

45

Determinado Município está interessado em participar do Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE-MG, com o objetivo de obter a transferência de recursos financeiros para a realização do transporte escolar da rede estadual de ensino residentes na zona rural, no âmbito da Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais – SEE.

Diante dessa situação hipotética, à luz da Lei Estadual nº 2.177/2015, tal ente federativo

- (A) deverá inscrever-se no programa, mediante a assinatura de termo de compromisso a ser celebrado com o Estado, sem a intermediação da SEE e por tempo indeterminado.
- (B) caso preencha os requisitos legais, deverá inscrever-se no programa, mediante a assinatura de termo de parceria que terá vigência de um ano, sem a possibilidade de renovação por igual período.
- (C) caso venha a formalizar o termo de colaboração para tal finalidade, é possível a sua rescisão pelo Município a qualquer tempo, mediante a devida comunicação, hipótese em que não será necessária a manutenção do serviço até o término do ano letivo.
- (D) uma vez devidamente formalizada a inscrição, poderá a SEE, a qualquer tempo, promover a sua rescisão no caso de existir interesse público justificado, hipótese em que o Estado assumirá direta ou indiretamente o transporte dos alunos da rede estadual de ensino.

46

No exercício da atribuição de técnico no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Aparício foi questionado acerca da natureza da Caixa Escolar, de modo que, na forma referida no Decreto nº 45.085/2009 e da Resolução SEE nº 3.670/2017, ele deveria responder corretamente que se trata de

- (A) órgão integrante da mencionada Secretaria, de modo que não possui personalidade jurídica.
- (B) empresa pública estadual, que tem personalidade jurídica de direito privado, subordinada à mencionada Secretaria.
- (C) autarquia estadual, que tem personalidade jurídica de direito público, vinculada à mencionada Secretaria.
- (D) associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada a respectiva unidade estadual de ensino.

47

De acordo com a Resolução CD/FNDE nº 06/2020 (seção II, Art. 29), em relação à Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de Suas Organizações, é correto afirmar que

- (A) o cumprimento do percentual previsto no *caput* do artigo pode ser dispensado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em quaisquer circunstâncias.
- (B) no mínimo 30% (trinta por cento) deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações.
- (C) o percentual não executado de acordo com o previsto no *caput* do artigo será avaliado quando da prestação de contas e o valor correspondente poderá ser utilizado na aquisição de outros itens alimentícios.
- (D) o preço de aquisição deve ser o preço mínimo pesquisado por, no mínimo, cinco mercados em âmbito local, acrescido dos insumos exigidos no edital de chamada pública, tais como despesas com frete.

48

Em relação aos recursos do programa repassados ao município, a Lei nº 21.777/2015, Programa Estadual de Transporte Escolar (PTE-MG), define que

- (A) destinam-se ao custeio do transporte escolar executado exclusivamente de forma direta pelo município.
- (B) saldos remanescentes superiores a 25% (vinte e cinco por cento) serão deduzidos no exercício seguinte.
- (C) enquanto não utilizados, deverão ser aplicados na mesma instituição financeira em que foram depositados.
- (D) saldos remanescentes inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) não serão restituídos em caso de renovação.

49

Assinale a opção que apresenta casos em que licitação para uso dos recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino poderá ser dispensada, de acordo com a Resolução SEE nº 3670/2017 - Caixa escolar, anexo II.

- (A) Nos casos caracterizados pela entidade executora para atendimento a situação que possa comprometer o adequado funcionamento da unidade de ensino ou atendimento de projetos.
- (B) Nas prestações de serviços cujo valor não ultrapasse até 15% (quinze por cento) do limite de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para parcelas de um mesmo serviço que possa ser realizada de uma só vez.
- (C) Nas compras de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- (D) Para obras e serviços de engenharia de valor até 5% (cinco por cento) do limite previsto de até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) das parcelas de uma mesma obra ou serviço que possam ser realizadas concomitantemente.

50

Assinale a opção que apresenta corretamente uma definição expressa no Decreto nº 48.165, de 29/03/2021, que dispõe sobre a Política de Preservação de Documentos do Estado de Minas Gerais.

- (A) identidade: credibilidade de um documento que está livre de adulteração ou qualquer tipo de corrupção e composta de identidade e integridade.
- (B) fase intermediária: documentos que se conservam nas instituições de origem em razão de sua vigência e de seu uso para fins administrativos, legais e fiscais.
- (C) fase corrente: os documentos que, originários dos documentos intermediários, são definitivamente preservados devido a seu valor informativo.
- (D) integridade: estado dos documentos que se encontram completos e que não sofreram nenhum tipo de corrupção ou alteração não autorizada nem documentada.

REDAÇÃO

A tarefa de educar parece caber a muitos setores: ao governo, à escola e à família. No meio de todas as dificuldades do momento presente, o que cabe à escola e à família? É possível delimitar o espaço de cada uma delas?

Redija um texto dissertativo-argumentativo, entre 15 e 30 linhas, em linguagem culta, de modo a expressar seu pensamento a respeito desse tema, dando especial atenção aos argumentos utilizados.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

